



## **PRINCIPAIS MEDIDAS DE D. JOÃO VI NO BRASIL**

No Brasil, o governo de D. João VI tomou as seguintes medidas:

- Liberação da atividade industrial em 1808;
- Criação do Banco do Brasil em 12 de outubro de 1808;
- Criação da Divisão Militar da Guarda Real da Polícia da Corte (DMGRP) em 13 de maio de 1809;
- Autonomia administrativa em 1815;
- Permissão de ter imprensa;
- Fundação da academia militar, da marinha e de um hospital militar;
- Criação da Fábrica de Pólvora (Rio de Janeiro);
- Criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro;
- Criação da Academia Imperial de Belas Artes.
- Criação da Escola de Cirurgia, em Salvador.
- Criação da Academia de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro foi criada em 1808.
- Criação da primeira Junta de Comércio, a Real Junta do Comércio.
- Criação da Biblioteca Real no Rio de Janeiro cujo acervo foi quase todo trazido de Portugal.
- Criação dos Correios.
- Criação do Museu Real.
- Criação de linhas diretas marítimas entre o Rio de Janeiro e outras capitais do mundo.
- Criação da Academia Real Militar (ou Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho
- Criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios.
- Criação da Casa da Moeda.
- Criação do Observatório Astronômico.
- Instituição do Arsenal Real da Marinha
- Criou dois cursos práticos de agricultura, em 1812 na Bahia e em 1814, no Rio de Janeiro.
- D. João VI, pelo decreto de 31 de janeiro de 1818, pagou para que João Baptista Moncouet, viesse ao Brasil dar aulas de veterinária.
- Criação do Real Erário, que, em 1821, mudou o nome para Ministério da Fazenda.
- Criação da Imprensa Régia, hoje Imprensa Nacional
- Criação da Usina de Ipanema nas províncias de São Paulo e Minas Gerais.
- Inaugurou o Real Teatro de São João.
- Ajudou a financiar uma das primeiras fabricas de tecidos do Brasil.
- Estimulou a construção de estradas; os portos foram melhorados.
- Incentivou a produção agrícola. O açúcar e do algodão, passaram a ser primeiro e segundo lugar nas exportações, no início do século XIX. Neste mesmo período surgiu o café, novo produto, que logo passou do terceiro lugar para o primeiro lugar nas exportações brasileiras.
- Patrocinou a vinda a Missão Artística Francesa (1816), que trouxe ao Brasil nomes como Joachim Lebreton, pintor, Jean Baptiste Debret, pintor histórico, Nicolas-Antoine Taunay, pintor de paisagens e cenas históricas, Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny, arquiteto, junto com seus discípulos Charles de Lavasseur e Louis Ueier, Auguste Marie Taunay, escultor, Charles-Simon Pradier, gravador, François Ovide, mecânico, Jean Baptiste Leve, ferreiro, Nicolas Magliori Enout, serralheiro,

Pelite e Fabre, peleteiros, Louis Jean Roy e seu filho Hypolite, carpinteiros, François Bonrepos, auxiliar de escultura, e Félix Taunay, filho de Nicolas-Antoine, ainda apenas um jovem aprendiz. Muitos deles trouxeram suas famílias, criados e outros auxiliares. Pinassi acrescenta ainda os nomes de Sigismund Neukomm, músico, e Pierre Dillon, secretário de Lebreton. Seis meses mais tarde, uniram-se ao grupo Marc Ferrez, escultor (tio do fotógrafo Marc Ferrez) e Zéphyrin Ferrez, gravador de medalhas.

A presença da corte no Brasil impulsionou a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves que elevou o status do Brasil a condição de Reino Unico. Posteriormente, o Reino Unido se transformou num inconveniente a Portugal como metrópole. Quando a corte retornou a Europa, e tentou fazer com que o Brasil retornasse à condição de colônia, esta situação gerou tamanho descontentamento que provocou a 7 de setembro de 1822 a proclamação da independência pelo herdeiro da coroa portuguesa, o futuro D. Pedro I no Brasil e D. Pedro IV em Portugal, filho do próprio D. João VI.

Sobre o Reino Unido, diz o historiador Octávio Tarquínio de Sousa em *História dos Fundadores do Império do Brasil*, volume IX:

*A carta de lei de 16 de dezembro de 1816, elevando o Brasil à categoria de reino unido aos de Portugal e Algarves, concedeu-nos pacificamente todas ou quase todas as características de um país soberano. Por outro lado, a presença de D. João no Brasil concorreu de maneira decisiva para fortalecer a unidade nacional, posta à prova no momento da revolução do Porto de 1820.*

Mesmo antes da independência, os portugueses da metrópole, prejudicados com a perda dos mercados brasileiros, voltaram-se contra o rei; em 1820 eclodiu a Revolução liberal do Porto, exigindo, o fim da monarquia absoluta, a convocação de uma assembléia constitucional e a volta de D. João. Este, com sua tática de protelar soluções, não respondeu às exigências. No Brasil existia receio, pois era opinião geral que a volta do rei poderia significar a retirada do país da autonomia conquistada.

De início o movimento constitucionalista de Portugal repercutiu favoravelmente no Brasil. A ilusão durou todo o ano de 1821. O regime de Reino Unido era solução que em geral satisfazia, salvo um pequeno grupo antilusitano ou mais teoricamente convencido da superioridade da forma republicana de governo. As grandes figuras adotaram tal posição, prova disso foi a aceitação do mandato de deputados por parte de numerosos brasileiros.